

R. ~~_____~~
F. ~~_____~~
Paulo
Luis Barboza
Plus

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS



PERÍODO DE 2022

(Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022)

ASSEMBLEIA GERAL EM 25 DE MARÇO DE 2023



Irmandade de Santa Cruz

ÍNDICE:

[Handwritten signatures in blue ink, including names like Paulo and Rui, and a date '2023']

1 – ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS	3
1.1 - Denominação Social.....	3
1.2 - Objeto Social.....	3
2 – ÓRGÃOS SOCIAIS – (Mandato 2021-2024)	4
3 – MENSAGEM DA MESA GERENTE	5
4 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO.....	7
5 – ACORDOS COM O INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE DA SEGURANÇA SOCIAL.....	9
6 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES.....	9
6.1 - Lar de Idosos	9
6.2 – Jardim de Infância e Creche.....	10
6.3 – Pré-Escolar.....	11
6.4 – Iniciativas Globais, realizadas para a comunidade em geral.....	12
6.5 - Instalações e Equipamentos	13
7 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	13
7.1 – Rendimentos	14
7.2 – Gastos.....	15
8- Remunerações dos Órgãos Sociais	16
9 – Dívidas à Autoridades Tributária e Aduaneira e à Segurança Social.....	16
10 – Proposta de aplicação dos resultados	16
11 – Eventos subsequentes	17
12 – Agradecimentos.....	17
Demonstrações Financeiras.....	18
Parecer do Conselho Fiscal.....	19
Certificação Legal de Contas	20

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900

E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



Irmandade de Santa Cruz

1 – ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS

1.1 - Denominação Social

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

Largo Engenheiro Carlos Amarante, nº 11

4700-308 Braga

NIPC: 500.877.491

NISS: 20.006.318.223

1.2 - Objeto Social

Os objetivos e fins encontram-se previstos no art.º 4.º dos Estatutos, salientando as valências de:

- Lar “ERPI” - Estrutura Residencial de Pessoas Idosas
- CD -Centro de Dia
- Creche
- Infantário
- SAD - Serviço de Apoio Domiciliário
- Assistência Religiosa

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900

E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



Irmandade de Santa Cruz

2 – ÓRGÃOS SOCIAIS – (Mandato 2021-2024)

Mesa Gerente:

Provedor: Manuel Fernando da Rocha Rodrigues

Vice-Provedor: Paulo Jorge Pinto Lopes Alves

Secretário: Domingos da Silva Duarte

Tesoureiro: João Manuel Gomes dos Santos

Vogal: Luís Miguel Correia Barbosa

Vogal: José Alberto Magalhães Sousa Dias

Vogal: José Pedro Bacelar Ferreira Junqueira de Almeida

Vogal: José Manuel Salgado da Silva Dias

Suplente: Ana Catarina Bacelar Ferreira Junqueira de Almeida

Suplente: Maria Armanda do Couto Pedreira Almeida Sousa Pinto

Suplente: Luís Rodrigues Antunes

Ministro de Culto: Revmo. Cónego Vitor José Novais

Órgão de Vigilância: Revmo. Padre Sérgio Torres

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: António de Oliveira Vieira

Primeiro Secretário: Maria Helena Gonçalves Alves

Segundo Secretário: Aristides José Ribeiro e Silva

Conselho Fiscal:

Presidente: Francisco Luís de Sá Malheiro

Vogal: Manuel José Domingues

Vogal: Carlos Fernandes Almeida

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900

E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



Irmandade de Santa Cruz

3 – MENSAGEM DA MESA GERENTE

PREZADA (O) S IRMÃ (O) S

Apresentamos as nossas mais sinceras e cordiais saudações.

Nos termos das disposições estatutárias atinentes vem a Mesa Gerente da Irmandade de Santa Cruz submeter à apreciação de todas as Irmãs e Irmãos o Relatório de Gestão, Demonstração de Resultados e Contas relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Este Relatório de Gestão, tem como principal objetivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido na Irmandade de Santa Cruz ao longo deste último ano, tal como tem acontecido em anos anteriores. O foco das atividades desenvolvidas visa essencialmente a satisfação de todos os utentes, funcionários, irmãos e toda a comunidade envolvida com esta secular Instituição, tendo subjacente o espírito de solidariedade humana em prol dos mais carentes, que por vicissitudes da vida se encontram num período de maiores privações e necessidades, e com o compromisso da criação de valor económico e social de forma sustentável, baseado em princípios de ética e probidade.

Foi um ano em que foi necessário concluir as obras de remodelação da Zona dos Falcões, para dar seguimento ao cumprimento do número de utentes protocolados com a Segurança Social.

O ato de prestar contas é um dos momentos mais nobres da vida da Instituição. Este é o documento que compara o proposto no Plano de Atividades e o efetivamente realizado. Prestar contas é, desse modo, uma obrigação de quem gere e um direito dos interessados – designadamente dos Irmãos desta Instituição.

Para quem lidera com espírito de voluntariado e quer crescer e reestruturar num período de enormes constrangimentos financeiros não é tarefa fácil, por outro lado e pelas razões já referidas anteriormente, foi necessário criar mais postos de trabalho e fazer investimentos para a melhoria dos serviços que prestamos, nomeadamente em equipamentos e instalações, melhorando assim, e cada vez mais, as condições do bem-estar dos nossos Utentes.

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900

E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Luís Barboza' and 'Luís Barboza'.

Assim, o presente documento relata as principais atividades e iniciativas desenvolvidas pela ISC durante o ano de 2022, todas elas centradas na vertente social e de acompanhamento dos utentes como determinam os nossos Estatutos (objetivos ou fins).

Foi num contexto muito difícil, e com apoios mais reduzidos, como era de esperar, que os Órgãos Sociais, tiveram de encontrar forças e se unir, para fazer face a um conjunto de adversidades, motivadas pelo aumento generalizado da energia, do aumento generalizado dos produtos alimentares, bens e serviços, assim como de alguns processos judiciais.

De acordo com os serviços prestados a Irmandade de Santa Cruz pretende continuar a ser uma Instituição de referência, olhando para o seu espaço, e para o bem-estar dos “Utentes” considerando sempre que as “PESSOAS” estão em primeiro lugar, pois só assim se conseguem os resultados obtidos, que permitindo avançar com um conjunto de iniciativas para o desenvolvimento de novos projetos que, pela sua importância, carecem de cuidado especial, sendo certo que exigem esforços extras, que com o tempo e com a sua solidificação traduzir-se-ão em ganhos para a ISC, e acima de tudo, ganho para as pessoas que usufruem, constroem e contribuem para os resultados.

Podemos afirmar, que em 2022 concretizaram-se algumas obras de melhoria funcional, nomeadamente, no Lar de Utentes e no Jardim de Infância.

A gestão financeira, com as dificuldades próprias de tempos de crise, foi rigorosa e equilibrada, embora não tivesse permitido à atual Mesa Gerente, reduzir custos e consumos, fruto da crise instalada e provocada pela guerra na Ucrânia. Mesmo assim, conseguiu-se a sustentabilidade da Instituição, fazendo face aos compromissos assumidos e enfrentando uma crise motivada por falta de apoios. No que reporta à taxa de ocupação, constata-se durante o ano de 2022, um acréscimo de mais 21 utentes na valência ERPI.

Atendendo à situação atual económica que o país atravessa, assim como ao elevado número de instituições existentes no concelho de Braga, destacam-se no presente Relatório e Contas as medidas/ações com maior impacto ao longo de 2022, sendo também uma preocupação da Mesa Gerente a angariação de novos Irmãos e Irmãs, culminado com mais 12 novos Irmãos ao longo de 2022.

A ISC mantém os contactos periódicos com todos, convidando-os a participar nas atividades da Instituição, no sentido de os sensibilizar e a tomarem conhecimento da realidade e do serviço social e religioso que se presta à comunidade.

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900

E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'D. Carlos' and 'D. João'.

4 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2022 foi marcado por três grandes desafios para a economia mundial. Um deles foi a guerra na Ucrânia, que causou grandes interrupções nas cadeias de abastecimento, particularmente de cereais por parte da Ucrânia e de energia onde o fornecimento de gás da Rússia caiu para menos de 20% do observado em 2021. Outro desafio foi a inflação, acompanhada de um aumento significativo do valor do dólar americano em relação a outras moedas, o que prejudica principalmente as economias emergentes e em desenvolvimento.

Por fim, outro grande desafio para a economia global foi o enfraquecimento do crescimento económico da China. O país enfrentou dois problemas fundamentais: a pandemia, que levou a políticas de "Zero Covid" com restrições severas à mobilidade dos seus cidadãos, o que afetou a economia; e agravou o segundo problema: a instabilidade no mercado imobiliário. A economia chinesa é fortemente dependente do seu mercado imobiliário, e algumas das políticas recentes do governo têm levado à sua instabilidade.

É importante destacar o crescimento económico de Portugal no primeiro semestre de 2022, impulsionado maioritariamente pelo forte aumento do turismo estrangeiro que levou as exportações de serviços a atingirem níveis pré-pandemia. De facto, estas exportações aumentaram 70% (anualizado – dados da Comissão Europeia), tornando-se um forte fator de crescimento.

Mas é importante notar que, trimestralmente, o crescimento do PIB desacelerou significativamente em relação ao ano anterior, de 2,4% no primeiro trimestre para 0,1% no segundo. Apesar disso, as exportações de bens e serviços mantiveram-se fortes no segundo trimestre e o consumo privado também continuou a crescer, embora a um ritmo mais lento. Por oposição o investimento diminuiu significativamente, 3,7% (q-o-q), reflexo de uma quebra de confiança das empresas e do aumento do preço das *commodities*, especialmente energia, e aumento das taxas de juro.

Com base nas últimas previsões do Banco de Portugal, Portugal deverá registar um crescimento do PIB de 6,8% em 2022. Este crescimento é atribuível em grande parte ao crescimento do setor do turismo, que foi muito auxiliado pelo levantamento das restrições de mobilidade do COVID-19.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FZ', 'Paco', 'Miguel', and 'JL'.

O crescimento de 5,9% do consumo interno e o aumento de 4% do consumo público foram fatores importantes para o crescimento do PIB. As exportações também cresceram 17,7%, maioritariamente de serviços, enquanto as importações cresceram 11,1%.

Quanto ao desemprego, segundo dados do Banco de Portugal, a taxa diminuiu 0,7 pontos percentuais de 2021 para 2022, prevendo-se que termine o ano nos 5,9%, o que se traduz em 305,8 mil pessoas, sendo que muitas empresas têm reportado dificuldades históricas no recrutamento de mão-de-obra qualificada nos principais setores de atividade. Relativamente à dinâmica laboral, verificou-se que 17% da população empregada (836,7 mil) se encontra atualmente em regime de teletrabalho. Destes, cerca de 31,5% estão em regime de trabalho totalmente remoto, estando os restantes em regime híbrido, em que a média de dias em casa é de 3 dias. Relativamente aos jovens dos 16 aos 24 anos, a taxa de desemprego é de 18,8%.

A inflação disparou em Portugal atingindo os 9,5% (dados da Comissão Europeia) no terceiro trimestre do ano, reflexo dos preços elevados da energia que acabaram também por alastrar para os restantes setores. Adicionalmente, o prolongado período de seca que o país atravessou provocou um aumento do preço dos produtos alimentares não processados em 18,1%, 5,4 pontos percentuais acima da média europeia. A expectativa é fechar o ano com uma inflação média de 8%.

Segundo dados da OCDE, a dívida pública portuguesa no final de 2022 deverá ser 115,9% (279.319 mil M€) inferior em 9,6 pontos percentuais relativamente ao que era no final de 2021. Refira-se que as previsões mais favoráveis em 2021 colocavam este valor nos 119%, pelo que os resultados reais foram melhores do que o esperado.

Os agentes do terceiro setor continuaram a demonstrar uma enorme resiliência, sofrendo um brutal impacto na sua atividade assistencialista, tanto aos mais idosos como às crianças. As restrições às visitas dos mais idosos constituiu um grande desafio para as organizações e seus profissionais. A economia das entidades do terceiro setor sente-se assim profundamente impactada pelas restrições impostas pela COVID-19.

A conjuntura internacional e a pandemia foram acompanhadas por um significativo acréscimo de gastos, nomeadamente ao nível de pessoal, de equipamentos de proteção individual, adaptação dos serviços, matérias-primas e energia que impactam as instituições sociais, que vivem um momento de grande desafio na sustentabilidade das suas respostas sociais.



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Fili', 'Rob', 'Luis Barboza', and others.

5 – ACORDOS COM O INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

A sustentabilidade de qualquer IPSS passa sempre pelos acordos de cooperação (comparticipações) pois estes são fundamentais para a dinamização e manutenção da ISC e procuramos cumprir rigorosamente o estipulado nos respetivos protocolos.

Durante o ano de 2022 mantivemos os acordos celebrados com a Segurança Social para Lar de Idosos, Centro de Dia e Jardim de Infância. Estas participações têm sido transferidas mensalmente pelo Instituto da Solidariedade da Segurança Social.

6 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

6.1 - Lar de Idosos

O Plano de Atividades para 2022 atingiu os seguintes objetivos:

- Promoção e divulgação de resposta social ao nível local e concelhio traduzindo-se no preenchimento das vagas existentes;
- Ocupação total das vagas, totalizando 101 utentes integrados na estrutura residencial e mais 3 fora do protocolado com a Segurança Social;
- Acréscimo de receitas provenientes do aumento do número de utentes bem como dos apoios da Segurança Social;
- Aumento bastante considerável do número de pedidos de integração no Lar, refletindo-se num aumento das inscrições em lista de espera;
- Monitorização e acompanhamento permanente dos colaboradores que asseguram funções no Lar;
- Melhoria no planeamento das escalas de trabalho, no sentido de promover a eficácia e eficiência dos serviços;
- Ao longo do ano de 2022 decorreu de uma forma estruturada o contexto de sala de convívio que contou com uma elevada participação dos idosos integrados no Lar;
- A equipa de animação conseguiu essencialmente, a construção de uma imagem positiva das pessoas idosas, utilizando as suas potencialidades. A pessoa idosa é o centro da nossa atenção é com quem trabalhamos e a quem servimos com espírito de missão.
- Contamos com a participação solidária de um grupo musical que esporadicamente vem atuar para os nossos Utentes.



*Região
Fili
hina Bonfim*

[Handwritten signatures]

6.2 – Jardim de Infância e Creche

O Plano de Atividades para 2022 atingiu os seguintes objetivos:

- Foi seguido e cumprido o plano anual de atividades, que decorreu durante todo o projeto educativo, visando a dinâmica educativa da Instituição;
- Receção das crianças e famílias, facilitando a adaptação ou readaptação à Creche, criando boas relações com as famílias correspondendo às suas necessidades e atendendo às suas dúvidas.
- Reunião de Pais e apresentação do Plano anual de atividades, do projeto educativo e projeto pedagógico de sala.
- Atividades alusivas ao Outono, explorando alguns fenómenos físicos que acontecem no Outono e desenvolvendo noções espaço-temporais. Explorar também as cores e relacioná-las com as transformações na Natureza. Exploração táctil de folhas de Outono.
- Atividades de experimentação e exploração de instrumentos e sons, estimulando e sensibilizando auditivamente e visualmente as crianças para a importância da música. Reconhecer/conhecer visualmente e auditivamente os animais e os seus sons característicos, explorar os seus habitats, características e alimentação, através de projeção de diapositivos dos seus sons;
- Início das atividades extracurriculares (Ginástica e Música) promovendo o gosto pelas diferentes formas de expressão, incentivando o desenvolvimento da imaginação criadora das várias formas de expressão pessoal.
- Outras atividades de reconhecimento da qualidade dos alimentos, tais como:
 - -Mercadinho agrícola; comemoração do dia de S. Martinho; dia nacional do pijama; Filme do Natal; Realização de uma feira dos Sabores; Canções alusivas ao Natal com visita do Pai Natal.
 - - Elaboração de um painel de Inverno; Festa do Carnaval; Elaboração de um presente para o Pai, para a Mãe ou figura substituta, promovendo um dia diferente entre Pais, Mães e Filhos;
 - - Comemoração do início da Primavera e suas atividades, hora do conto, com uma visita de um contador de histórias;



[Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Roberto' and a large signature at the bottom right.]

- - Festa do final do Ano Creche e Pré-escolar, incluindo um passeio e visita à Quinta pedagógica de Braga, finalizando com um convívio para crianças, funcionários e colaboradores.
- Cumpriram-se os objetivos, estratégias, atividades, a calendarização das atividades e a avaliação dos resultados;
- Apoiamos as educadoras de Infância e a sua equipa educativa, quer nas suas decisões da sua prática quer na condução do processo educativo desenvolvido junto das crianças;

6.3 – Pré-Escolar

O Plano de Atividades para 2022 atingiu os seguintes objetivos:

- Foi seguido e cumprido o plano anual de atividades, apoiado nos objetivos gerais da Lei-Quadro que decorreu durante todo o projeto educativo, visando a dinâmica educativa da Instituição;
- Cumpriram-se os objetivos, estratégias, atividades, a calendarização das atividades e a avaliação dos resultados;
- Apoiamos as educadoras de Infância e a sua equipa educativa, quer nas suas decisões da sua prática quer na condução do processo educativo desenvolvido junto das crianças;
- Promoveu-se o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Estimulou-se o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favorecem aprendizagens significativas e diferenciadas, contribuindo também para a igualdade no acesso à escola e para o sucesso na aprendizagem;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico, desenvolvendo-lhes a expressão e comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização e de compreensão do mundo;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidades



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Reis' and 'Barbosa'.

6.4 – Iniciativas Globais, realizadas para a comunidade em geral

Atualmente a Instituição possui um número de cerca de 240 utentes, entre as valências. Assim, com vista à promoção do seu bem-estar e qualidade de vida, a Instituição continua a apostar no desenvolvimento de diversas atividades, assim como na realização de iniciativas abertas à comunidade, assumindo desta forma, o princípio de intervenção na área envolvente:

- Cumpriram-se os objetivos, estratégias, atividades, a calendarização das atividades e a avaliação dos resultados;
- Organização do ambiente educativo e receção das crianças e famílias, facilitando a adaptação ou readaptação ao Jardim de Infância, criando boas relações com as famílias correspondendo às suas necessidades e atendendo às suas dúvidas;
- Comemoração do Dia Internacional do Idoso, proporcionando momentos de partilha entre as diferentes gerações, assim como o Dia Mundial da Música, motivando, sensibilizando e estimulando auditivamente e visualmente as crianças para a importância da música.
- Reflexão e discussão sobre a importância do consumo de hortícolas e seus respetivos ciclos de vida, incluindo a exploração através do tato e do olfato a hortícolas em natureza, “Mercadinho agrícola” comemoração do dia das Bruxas – Halloween, conhecendo as tradições e desmistificando os medos infantis;
- Comemoração do dia de S. Martinho “Magusto”, promovendo canções, explorando lendas e estimulando o interesse pelos hábitos e tradições;
- Atividades de sensibilização para a importância da partilha, visita à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva;
- Realização de uma feira de sabores com doces alusivos ao Natal e realização de atividades de acordo com o espírito Natalício, diálogos e registos sobre a época assim como Canções alusivas ao Natal com visita do Pai Natal, cantares dos Reis pela cidade;
- Elaboração de um presente para o Pai, para a Mãe ou figura substituta, promovendo um dia diferente entre Pais, Mães e Filhos;
- Reflexão e discussão sobre a importância da água em detrimento de outras bebidas açucaradas/gaseificadas;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. Li', 'R. G. A.', and 'M. P. B.', along with a large signature on the right side.

- Procissão dos Passos, promovendo a participação das crianças e dando-lhes a conhecer o significado religioso da Festa da Páscoa;
- Atividades comemorativas do dia Mundial da Criança e atividades alusivas ao Verão, desfile no cortejo de abertura da Braga Romana;
- Serviço de enfermagem, prestado pela nossa equipa de profissionais.

6.5 - Instalações e Equipamentos

Foi necessário fazer investimentos indispensáveis, particularmente em equipamentos, no entanto foi possível reequilibrar financeiramente a Instituição, relativamente ao ano de 2022. Continuamos, no entanto, a ter como focos da nossa atenção os seguintes objetivos:

- Manter e se possível reforçar os Acordos de cooperação (comparticipações) com a Segurança Social são fundamentais para o desenvolvimento e para a manutenção da Instituição;
- Reorganização dos serviços e reafecção de Recursos Humanos;
- Reequipamento da “Valência ERPI”;
- Dinamização e aumento do “Centro de Dia”, que fruto da pandemia ficou inativo por razões de proteção dos Utentes residentes;
- Requalificação, reorganização e abertura do “Museu de Santa Cruz”;
- Estudo e preparação da instalação de um sistema de guia virtual na visita à Igreja de Santa Cruz e a cobrança de uma taxa no valor simbólico de 1€ por cada visitante, isentando os residentes;
- A Mesa Gerente atenta e diligente já apresentou em julho de 2022 uma Candidatura ao PRR - programa de eficiência energética, para as obras de requalificação do telhado, substituição de janelas, colocação de painéis solares e bombas de calor;
- Diversas obras necessárias e urgentes, de recuperação e conservação de imóveis, nomeadamente no que reporta ao prédio sito na Rua do Anjo, etc.

7 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No período de 2022 o resultado líquido ascendeu ao valor negativo de 17.216€, em 2021 foi positivo em 3.961€.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. R.', 'L. G. A.', and 'Luís Zóbar'.

De facto, a receita atingiu um valor de 2.389.448€, representando uma variação positiva de 17,78% relativamente ao ano anterior, mas não foi suficiente para cobrir o aumento dos gastos provocados pela Guerra na Ucrânia que fizeram disparar os preços mundiais, o que por sua vez levou a níveis de inflação históricos.

Ainda assim, é de salientar que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos em 2022 foi positivo em 32.949€, menos 14.769€ que em 2021.

O valor total dos gastos ascendeu a 2.406.665€, mais 446.032€ face a 2021. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram i) o custo das matérias consumidas na confeção das refeições, ii) energia e fluidos e iii) gastos com o pessoal. As primeiras duas fortemente afetadas pela escalada dos preços no mercado energético e dos bens alimentares motivada pela Guerra na Ucrânia. A terceira está relacionada com a imposição legal do aumento do salário mínimo nacional, a contratação de novos trabalhadores para fazer face ao aumento do número de utentes e às horas extraordinárias ainda provocadas pela pandemia COVID-19.

7.1 – Rendimentos

Os rendimentos obtidos durante o período de 2022 foram superiores em 424.854€ face a 2021, conforme o quadro seguinte:

Conta	Nome	2022	2021	Δ 2021	Δ% 2021
72	Prestações de serviços	1.045.296,16	933.457,19	111.838,97	10,70
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.058.872,51	937.947,24	120.925,27	11,42
78	Outros rendimentos e ganhos	285.280,19	93.189,82	192.090,37	67,33
Totais		2.389.448,86	1.964.594,25	424.854,61	17,78

A rubrica de Prestação de Serviços reconhece as mensalidades dos utentes. Em 2022 ascendeu a 1.045.296€, mais 10,7% do que no período anterior. Este crescimento deve-se essencialmente ao aumento do número de utentes.

Em relação aos Subsídios à Exploração constatamos uma subida de 11,42% face ao ano de 2021. Em 2022 ascenderam a 1.058.872€ quando em 2021 tinham ficado em 937.947€. Esta rubrica reconhece os montantes recebidos do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social relativos aos Acordos de Cooperação e os apoios do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Do lado dos Outros rendimentos e ganhos verificamos uma variação positiva de 192.090€ justificada pela alienação do imóvel sito na Av. ^a João XXI. Esta rubrica para além



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. R.', 'R. G.', and 'Amir Barbosa'.

das mais valias da alienação de imóveis, reconhece também as rendas de imóveis e os donativos.

7.2 – Gastos

Os gastos incorridos durante o período de 2022 foram superiores em 446.032€ face a 2021, conforme o quadro seguinte:

Conta	Nome	2022	2021	Δ 2021	Δ% 2021
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	253.957,06	167.071,55	86.885,51	34,21
62	Fornecimentos e serviços externos	332.018,45	246.263,14	85.755,31	25,83
63	Gastos com o pessoal	1.741.526,80	1.485.120,24	256.406,56	14,72
64	Gastos de depreciação e de amortização	48.828,13	43.756,73	5.071,40	10,39
66	Perdas por reduções de justo valor	2,79	0,00	2,79	100,00
68	Outros gastos e perdas	29.057,93	18.421,00	10.636,93	36,61
69	Gastos e perdas de financiamento	1.274,32	0,00	1.274,32	100,00
Totais		2.406.665,48	1.960.632,66	446.032,82	18,53

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas representa a saída das existências por consumo, no âmbito da atividade da Instituição, nomeadamente, géneros alimentares e produtos de higiene e saúde dos utentes. Em 2022 ascendeu a 253.957€, mais 34,21% do que no período anterior. Esta variação deve-se essencialmente à escalada dos preços no setor da alimentação e ao aumento do número de utentes.

Em relação aos fornecimentos e serviços externos assistimos a um aumento líquido de 85.755€ face a 2021 de acordo com o detalhe no quadro seguinte:

Conta	Nome	2022	2021	Δ 2021	Δ% 2021
621	Subcontratos	1.868,77	693,04	1.175,73	62,91
622	Serviços especializados	109.112,24	80.417,33	28.694,91	26,30
623	Materiais	24.728,94	43.803,69	-19.074,75	-77,14
624	Energia e fluidos	181.165,04	77.080,10	104.084,94	57,45
625	Deslocações, estadas e transportes	491,05	1.676,45	-1.185,40	-241,40
626	Serviços diversos	14.652,41	42.592,53	-27.940,12	-190,69
Totais		332.018,45	246.263,14	85.755,31	25,83

Neste quadro é perceptível o esforço que a Instituição fez na contenção de gastos, conseguindo reduções significativas em grande parte das sub-rubricas que compõem os fornecimentos e serviços externos, mas como é obvio, a ISC não tem poderes para controlar o mercado de forma a evitar o aumento dos gastos com a energia que passou de 77.080€ em 2021 para 181.165€ em 2022.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Fis', 'P-6 An', and 'Fis'.

Nos gastos com o pessoal assistimos a um aumento de 256.406€, representa 17,27% quando comparado com o ano de 2021. Este aumento deve-se à contratação de mais cinco funcionários, à aplicação das novas tabelas salariais e à imposição legal do aumento do salário mínimo nacional.

As depreciações representam a perda de valor de um ativo no tempo devido ao uso e desgaste no tempo. Neste caso, trata-se de depreciação de ativos, ou seja, equipamentos e edifícios cuja vida útil para a Instituição ultrapassa um período, não veem o seu gasto levado unicamente ao período de um ano civil. Em 2022, as depreciações ascenderam a 48.828€, mais 5.071€ que em 2021, o que demonstra que a ISC continua a fazer novos investimentos.

Em 2022, a rubrica de Outros Gastos sofreu um aumento €10.573€ em relação a 2021. Esta variação significativa deve-se essencialmente a multas e coimas de processos em contencioso. Para além das multas e coimas, esta rubrica reconhece também os donativos concedidos e o Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI).

Finalmente, em relação aos Gastos e Perdas de Financiamento incorridos em 2022, no valor de 1.274€, devem-se à utilização de 100.000€ do crédito concedido pelo Banco Montepio Geral para fazer face aos gastos adicionais com processos judiciais que estavam em curso nos tribunais.

8- Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração de acordo com o art.º 27.º dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz.

9 – Dívidas à Autoridades Tributária e Aduaneira e à Segurança Social

A Irmandade de Santa Cruz não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

10 – Proposta de aplicação dos resultados

A Irmandade de Santa Cruz obteve, no período económico de 2022, um resultado líquido negativo de 17.216,62€, propondo a Mesa Gerente à Assembleia Geral a sua aplicação integral na rubrica de resultados transitados.



Fl. 12
Reg. 12
12/03/2023
[Signature]
[Signature]
[Signature]

11 – Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31/12/2022) e a data de autorização para a sua emissão (6/03/2023), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Gerente em 6 de março de 2023.

12 – Agradecimentos

A terminar, a Mesa Gerente da Irmandade de Santa Cruz, agradece reconhecidamente a todos quantos, durante o exercício de 2022, colaboraram com esta Instituição, ao novo e Revmo. Ministro de Culto e Reitor do Seminário Senhor Cónego Vitor José Novais, pelo apoio e colaboração prestada, em especial aos nossos Irmãos e Irmãs, Órgãos Sociais, Organismos Públicos e Privados, Funcionários, Amigos de Santa Cruz e Colaboradores, por todo o empenho e disponibilidade demonstrados, à Direção Distrital de Solidariedade da Segurança Social de Braga e ao Município de Braga pelos apoios concedidos e pela solidariedade evidenciada.

Apresenta-se de seguida, as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e Anexo.

Braga, 6 de março de 2023

A MESA GERENTE



Irmandade de Santa Cruz

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R.', 'P. Am', 'Miguel', and other illegible signatures.

Demonstrações Financeiras

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900

E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



Balanço - (modelo para ESNL)
em 31-12-2022
(montantes em EURO)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

R.
H. P. A. M. S. B. J.
M. S. B. J.
J. S. B. J.

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.174.970,99	2.201.887,80
Bens do património histórico e cultural	4	1.731.175,28	1.729.575,28
Outros créditos e ativos não correntes		14.243,35	10.617,09
		3.920.389,62	3.942.080,17
Ativo corrente			
Inventários	6	16.615,18	22.652,46
Créditos a receber	9	63.721,29	42.578,99
Estado e outros entes públicos	13	1.937,70	5.814,86
Diferimentos		15.150,71	12.759,08
Caixa e depósitos bancários	14	500.706,60	107.995,17
		598.131,48	191.800,56
		4.518.521,10	4.133.880,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	9	43.248,12	43.248,12
Reservas		302.681,10	302.681,10
Resultados transitados		674.800,95	748.926,03
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	2.570.903,30	2.575.388,98
Resultado líquido do período		-17.216,62	3.961,59
		3.574.416,85	3.674.205,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			52.589,08
Financiamentos obtidos	5;9	500.000,00	100.000,00
		500.000,00	152.589,08
Passivo corrente			
Fornecedores	9	62.743,75	53.687,49
Estado e outros entes públicos	13	82.389,47	73.257,98
Financiamentos obtidos	5;9		20.287,53
Outros passivos correntes	9;10	298.971,03	159.852,83
		444.104,25	307.085,83
		944.104,25	459.674,91
		4.518.521,10	4.133.880,73

Arturo Ancho



Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

R. e
Fls. 16
Ami. Barbosa
[Signature]

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	1.045.296,16	933.457,19
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1.058.872,51	937.947,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-253.957,06	-167.071,55
Fornecimentos e serviços externos	7	-332.018,45	-246.263,14
Gastos com o pessoal	10	-1.741.526,80	-1.485.120,24
Aumentos/reduções de justo valor		-2,79	
Outros rendimentos	7	285.280,19	93.189,82
Outros gastos	9	-29.057,93	-18.421,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32.885,83	47.718,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-48.828,13	-43.756,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-15.942,30	3.961,59
Juros e gastos similares suportados	5	-1.274,32	
Resultado antes de impostos		-17.216,62	3.961,59
Resultado líquido do período		-17.216,62	3.961,59

[Signature]



Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL)
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

R. P. P. M. B. J. J.

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.079.901,87	946.722,07
Pagamentos a fornecedores		494.921,17	466.608,91
Pagamentos ao pessoal	10	1.731.789,83	1.475.556,78
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-1.146.809,13</u>	<u>-995.443,62</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-9.772,72	
Outros recebimentos/pagamentos		1.053.242,34	976.284,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-83.794,07	-19.158,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	48.251,35	197.208,01
<i>Investimentos financeiros</i>		3.629,05	2.783,58
Recebimentos provenientes de:			
<i>Outros ativos</i>		150.000,00	
<i>Juros e rendimentos similares</i>		11,48	11,48
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		98.131,08	-199.980,11
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	400.000,00	106.460,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	20.287,53	
<i>Juros e gastos similares</i>	5	1.338,05	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		378.374,42	106.460,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		392.711,43	-112.678,77
Caixa e seus equivalentes no início do período		107.995,17	220.673,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>500.706,60</u>	<u>107.995,17</u>

António M. C. Silva



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

[Handwritten signatures and initials]

DESCRÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		43.248,12	302.681,10	748.926,03	2.575.388,98	3.961,59	3.674.205,82	3.674.205,82
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				-74.125,08	-4.485,68	-3.961,59	-82.577,35	-82.577,35
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				-74.125,08	-4.485,68	-3.961,59	-82.577,35	-82.577,35
8 RESULTADO INTEGRAL						-17.216,62	-17.216,62	-17.216,62
9=7+8 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						-21.178,21	-99.788,97	-99.788,97
10 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022		43.248,12	302.681,10	674.800,95	2.570.903,30	-17.216,62	3.574.416,85	3.574.416,85
DESCRÇÃO	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		43.248,12	302.681,10	505.564,95	2.579.874,66	323.075,90	3.754.444,73	3.754.444,73
3 ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				243.361,08	-4.485,68	-323.075,90	-84.200,50	-84.200,50
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				243.361,08	-4.485,68	-323.075,90	-84.200,50	-84.200,50
3 RESULTADO INTEGRAL						3.961,59	3.961,59	3.961,59
4=2+3 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						-319.114,31	-80.238,91	-80.238,91
5 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021		43.248,12	302.681,10	748.926,03	2.575.388,98	3.961,59	3.674.205,82	3.674.205,82

P'la Mesa Gerente

Conjubilista Certificado N° 20545

[Handwritten signature]



1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: IRMANDADE DE SANTA CRUZ
Número de identificação de pessoa coletiva: 500877491
Lugar da sede social: Largo Engenheiro Carlos Amarante, n.º 11, em Braga
Endereço eletrónico: geral@irmandadesantacruz.org

Natureza da atividade: As atividades encontram-se previstas no artigo 4.º dos Estatutos, ressaltando as valências de: i) lar de idosos, ii) centro de dia, iii) creche, iv) infantário e v) assistência religiosa.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euro, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.



3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

3.1.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes. As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis. Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso. As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

3.1.2 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento do capital investido. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da Entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente. O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis, com a exceção do cálculo das depreciações, pois a Entidade não tem vindo a calcular as depreciações das propriedades de investimento. Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

3.1.3 - Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem a investimentos noutras empresas que não são subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas e encontram-se registadas ao custo de aquisição. Também compreendem obrigações/títulos do Estado, já muito antigos, cujo rendimento é pago em copões, e que não sofrerão alterações até que sejam resgatados.

3.1.4 - Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

3.1.5 - Créditos a receber

As contas de "Créditos a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

3.1.6 - Caixa e depósitos bancários



Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.1.7 - Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor

3.1.8 - Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica. Os empréstimos são reconhecidos como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

3.1.9 - Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.1.10 - Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.1.11 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e abonos para falhas. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.1.12 - Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

AFT - Bases mensuração e métodos de depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha reta	10 a 50 anos	2 a 10
Equipamento básico	Custo de aquisição	Linha reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Equipamento de transporte	Custo de aquisição	Linha reta	4 anos	25
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	3.175.463,20	495.122,61	68.876,90	235.764,67	1.783.742,20	5.758.969,58
Depreciações acumuladas	1.346.800,27	445.715,15	68.876,90	230.865,16	52.164,12	2.144.421,60
Saldo no início do período	1.828.662,93	49.407,46	0,00	4.899,51	1.731.578,08	3.614.547,98
Variações do período	-11.284,07	10.194,01	0,00	-2.481,10	672,87	-2.898,29
Total de aumentos	21.655,87	22.673,97	0,00	0,00	1.600,00	45.929,84
Aquisições em primeira mão	21.655,87	22.673,97	0,00	0,00	1.600,00	45.929,84
Total de diminuições	32.939,94	12.479,96	0,00	2.481,10	927,13	48.828,13
Depreciações do período	32.939,94	12.479,96	0,00	2.481,10	927,13	48.828,13
Saldo no fim do período	1.817.378,86	59.601,47	0,00	2.418,41	1.732.250,95	3.611.649,69
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>3.197.119,07</i>	<i>517.796,58</i>	<i>68.876,90</i>	<i>235.764,67</i>	<i>1.785.342,20</i>	<i>5.804.899,42</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>1.379.740,21</i>	<i>458.195,11</i>	<i>68.876,90</i>	<i>233.346,26</i>	<i>53.091,25</i>	<i>2.193.249,73</i>

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	3.578.498,64	486.343,21	68.876,90	233.152,41	1.189.370,90	5.556.242,06
Depreciações acumuladas	1.318.275,79	434.458,20	68.876,90	228.072,86	51.236,99	2.100.920,74
Saldo no início do período	2.260.222,85	51.885,01	0,00	5.079,55	1.138.133,91	3.455.321,32
Variações do período	-431.559,92	-2.477,55	0,00	-180,04	593.444,17	159.226,66
Total de aumentos	36.137,10	8.727,66	0,00	2.664,00	155.454,63	202.983,39
Aquisições em primeira mão	36.137,10	8.727,66	0,00	2.664,00	155.454,63	202.983,39
Total de diminuições	28.780,35	11.205,21	0,00	2.844,04	927,13	43.756,73
Depreciações do período	28.780,35	11.205,21	0,00	2.844,04	927,13	43.756,73
Transferências de AFT	-438.916,67	0,00	0,00	0,00	438.916,67	0,00
Saldo no fim do período	1.828.662,93	49.407,46	0,00	4.899,51	1.731.578,08	3.614.547,98
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>3.175.463,20</i>	<i>495.122,61</i>	<i>68.876,90</i>	<i>235.764,67</i>	<i>1.783.742,20</i>	<i>5.758.969,58</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>1.346.800,27</i>	<i>445.715,15</i>	<i>68.876,90</i>	<i>230.865,16</i>	<i>52.164,12</i>	<i>2.144.421,60</i>



A rubrica Outros AFT inclui o valor de €1.729.575,28 em 2021 e €1.135.203,98 em 2020 referente ao templo de Santa Cruz. Este bem encontra-se divulgado no Ativo não corrente, em rubrica de bens do património histórico, artístico e cultural e não foi objeto de depreciação conforme §7.15 da NCRF-ESNL.

4.2 - Outras divulgações

Os ativos fixos tangíveis divulgados no ativo não corrente no valor de €2.174.970,99, incluem propriedades de investimento no valor €294.496,58. A Entidade não tem vindo a calcular as depreciações das propriedades de investimento.

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total de custos anuais emp. obtidos	Juros suportados anuais emp. obtidos.
Empréstimos genéricos	500.000,00	500.000,00	1.274,32	1.274,32
Instituições de crédito e sociedades financeiras	500.000,00	500.000,00	1.274,32	1.274,32
Total dos Empréstimos	500.000,00	500.000,00	1.274,32	1.274,32

6 - Inventários

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

6.2 - Quantia escriturada de inventários

Descrição	Matérias-Primas e Subsidiárias Período 2022		Matérias-Primas e Subsidiárias Período 2021	
	Total	Período 2022	Total	Período 2021
Inventários iniciais	22.652,46	22.652,46	17.635,60	17.635,60
Compras	247.919,78	247.919,78	172.088,41	172.088,41
Inventários finais	16.615,18	16.615,18	22.652,46	22.652,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	253.957,06	253.957,06	167.071,55	167.071,55

7 - Rendimentos e gastos

7.1 - Quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Período 2022	Período 2021
Prestação de serviços	1.045.296,16	933.457,19
Total	1.045.296,16	933.457,19



ANEXO DO ANO DE 2022
(montantes em EURO)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

R. s.
PL
P. 6. 10
Amir

7.2 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Período 2022	Período 2021
Subcontratos	1.868,77	693,04
Serviços especializados	109.112,24	80.417,33
Trabalhos especializados	71.511,06	45.183,74
Publicidade e propaganda	1.916,67	4.830,54
Vigilância e segurança	3.172,56	2.908,18
Honorários	28.244,08	18.318,99
Conservação e reparação	1.000,81	3.019,56
Outros	3.267,06	6.156,32
Materiais	24.728,94	43.803,69
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13.766,43	36.123,58
Material de escritório	4.795,48	872,41
Artigos para oferta	504,83	225,50
Outros	5.662,20	6.582,20
Energia e fluidos	181.165,04	77.080,10
Eletricidade	53.627,50	42.755,13
Combustíveis	674,21	707,18
Água	16.925,38	13.332,65
Outros	109.937,95	20.285,14
Deslocações, estadas e transportes	491,05	1.676,45
Deslocações e estadas	491,05	1.676,45
Serviços diversos	14.652,41	42.592,53
Rendas e alugueres	61,50	3.379,16
Comunicação	5.548,02	6.711,08
Seguros	3.795,93	6.086,52
Contencioso e notariado	30,00	30,00
Limpeza, higiene e conforto	0,00	23.488,89
Outros serviços	5.216,96	2.896,88
Total	332.018,45	246.263,14

7.3 - Detalhe da rubrica de outros gastos

Descrição	Período 2022	Período 2021
Impostos	10.012,51	8.935,55
Donativos	7.200,00	5.500,00
Quotizações	470,00	544,90
Multas e penalidades	8.435,14	0,00
Outros	2.940,28	3.440,55
Total	29.057,93	18.421,00

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas



8.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atribuído Período 2022	Do Estado - Valor Imputado Período 2022
Subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
Para ativos fixos tangíveis	0,00	4.485,68
Edifícios e outras construções	0,00	4.485,68
Subsídios à exploração	1.058.872,51	1.058.872,51
Valor dos reembolsos efetuados no período	1.058.872,51	1.063.358,19
De subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
De subsídios à exploração	1.058.872,51	1.058.872,51

Subsídios - informações detalhadas - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Do Estado - Valor Atribuído Período 2021	Do Estado - Valor Imputado Período 2021
Subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
Para ativos fixos tangíveis	0,00	4.485,68
Edifícios e outras construções	0,00	4.485,68
Subsídios à exploração	937.947,24	937.947,24
Valor dos reembolsos efetuados no período	937.947,24	942.432,92
De subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
De subsídios à exploração	937.947,24	937.947,24

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2022 foram recebidos subsídios à exploração no âmbito do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. no valor de €1.052.341,98. Os subsídios relativos a programas de estágios profissionais, atribuídos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional ascenderam a €5.634,53 e €896,00 atribuído pelo IAPMEI pela compensação ao aumento do valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG).

Em 2021 foram recebidos subsídios à exploração no âmbito do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. no valor de €920.014,14 e €13.566,76 em medidas de apoio excecionais à pandemia de Covid-19. Os subsídios relativos a programas de estágios profissionais, atribuídos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional ascenderam a €4.366,34.

9 - Instrumentos financeiros

9.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	43.248,12	0,00	0,00	43.248,12
Reservas	302.681,10	0,00	0,00	302.681,10
Outras reservas	302.681,10	0,00	0,00	302.681,10
Resultados transitados	748.926,03	78.086,67	3.961,59	674.800,95
Outras variações nos capitais próprios	2.575.388,98	4.485,68	0,00	2.570.903,30
Subsídios	123.604,93	4.485,68	0,00	119.119,25
Doações	571.137,64	0,00	0,00	571.137,64
Outras variações	1.880.646,41	0,00	0,00	1.880.646,41
Total	3.670.244,23	82.572,35	3.961,59	3.591.633,47



R:
Roberto
Luís
Luís

Capital próprio - movimentos do período - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	43.248,12	0,00	0,00	43.248,12
Reservas	302.681,10	0,00	0,00	302.681,10
Outras reservas	302.681,10	0,00	0,00	302.681,10
Resultados transitados	505.564,95	79.714,82	323.075,90	748.926,03
Outras variações nos capitais próprios	2.579.874,66	4.485,68	0,00	2.575.388,98
Subsídios	128.090,61	4.485,68	0,00	123.604,93
Doações	571.137,64	0,00	0,00	571.137,64
Outras variações	1.880.646,41	0,00	0,00	1.880.646,41
Total	3.431.368,83	84.200,50	323.075,90	3.670.244,23

O resultado líquido do período ascendeu ao valor negativo de €17.216,62, totalizando o valor dos fundos patrimoniais em €3.574.416,85. Em 2021 o resultado líquido ascendeu €3.961,59, totalizando o valor dos fundos patrimoniais em €3.674.205,82.

9.2 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2022	31-12-2020
Ativos financeiros:	63.721,29	42.578,99
Clientes e utentes	59.970,15	36.903,58
Outras contas a receber	3.751,14	5.675,41
Passivos financeiros:	361.714,78	213.540,32
Fornecedores	62.743,75	53.687,49
Adiantamentos de clientes	55.000,00	120.287,53
Financiamentos obtidos	500.000,00	0,00
Outras contas a pagar	243.971,03	159.852,83
Ganhos e perdas líquidos:	-55,04	11,48
De ativos financeiros	-2,79	0,00
De passivos financeiros	-52,25	11,48
Rendimentos e gastos de juros:	-1.274,32	
De passivos financeiros	-1.274,32	

9.3 - Diferimentos de gastos

Nome / Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Seguros	11.663,76	8.904,80
Materiais Diversos	3.486,95	3.854,28
Total	15.150,71	12.759,08

10 - Benefícios dos empregados

10.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas



ANEXO DO ANO DE 2022 (montantes em EURO)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

Descrição	Nº Médio de Pessoas Período 2022	Nº de Horas Trabalhadas Período 2022	Nº Médio de Pessoas Período 2021	Nº de Horas Trabalhadas Período 2021
Pessoas ao serviço da empresa	108,00	292.319,00	103,00	265.530,00
Pessoas remuneradas	108,00	292.319,00	103,00	265.530,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	108,00	260.319,00	103,00	265.530,00
Pessoas a tempo completo	108,00	260.319,00	103,00	265.530,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	108,00	260.319,00	103,00	265.530,00
Masculino	6,00	13.311,00	5,00	12.998,00
Feminino	102,00	247.008,00	98,00	252.532,00

10.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Período 2022	Período 2021
Gastos com o pessoal	1.741.526,80	1.485.120,24
Remunerações do pessoal	1.406.661,59	1.209.226,11
Indemnizações	1.621,50	148,50
Encargos sobre as remunerações	294.882,08	253.527,59
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	37.814,36	22.108,04
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	547,27	110,00

Foram reconhecidos como gastos do período de 2022, as férias e subsídio de férias a pagar em 2023, o valor de €223.839,87, mensurados ao custo de acordo com o regime de periodização económica. Em 2021 foram reconhecidos €148.003,30 como gastos, a pagar em 2022.

10.3 - Outras divulgações

Todos os órgãos diretivos trabalham no regime de voluntariado, não auferindo qualquer tipo de remuneração.

11 - Acontecimentos após a data do balanço

11.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31/12/2022) e a data de autorização para a sua emissão (6/03/2023), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Gerente em 6 de março de 2023.

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.



R. P. L.
26/03/2023
Luís Borges
[Signature]

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
Os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas, para o período de 2022, foram €3.813,00, com iva incluído à taxa legal em vigor, e respeitam unicamente a serviços de revisão legal de contas.

13 - Impostos e contribuições

13.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor 31-12-2022	Saldo Credor 31-12-2022	Saldo Devedor 31-12-2021	Saldo Credor 31-12-2021
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	17.656,98	0,00	15.165,77
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.937,70	0,00	5.814,86	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	64.323,29	0,00	57.575,62
Outras tributações	0,00	409,20	0,00	516,59
Total	1.937,70	82.389,47	5.814,86	73.257,98

14 - Fluxos de caixa

14.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Caixa	953,81	208,83
Depósitos à ordem	99.752,79	107.786,34
Outros depósitos bancários	400.000,00	0,00
Total	500.706,60	107.995,17

Braga, 6 de março de 2023

P'la Mesa Gerente

O Contabilista Certificado n.º 20545

[Signature]



Irmandade de Santa Cruz

[Handwritten signature in black ink]
[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in black ink]

Parecer do Conselho Fiscal

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 - 4700-308 | TLF: 253 205 900
E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz (adiante designada abreviadamente "ISC") o Conselho Fiscal, no exercício das suas funções, vem por este meio dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que lhe foi apresentado pela Mesa Gerente, e após se ter reunido no dia onze de março de dois mil e vinte e três.

Após ouvir a Mesa Gerente e apreciados os documentos elaborados pela mesma, e tendo acompanhado paulatinamente a atividade da ISC, tendo solicitado e obtido informações ao longo do ano e recolhemos opiniões sobre a evolução das contas trocando ideias quer com o ROC, Dr. Artur Moreira quer com o Contabilista Certificado Dr. António Machado.

Julgamos assim estar em condições de produzir as apreciações que a seguir apresentamos:

- Realizada a análise preliminar dos dossiês relativos ao exercício de 2022, nomeadamente a demonstração de resultados do exercício findo naquela data e os respetivos anexos, permitindo concluir que as demonstrações espelham de forma adequada a situação financeira da ISC, traduzindo com fidelidade a atividade desenvolvida.
- Apesar das dificuldades, não pode o Conselho Fiscal deixar de enaltecer o trabalho realizado, nomeadamente na manutenção de toda a sua atividade e o crescimento no apoio aos nossos utentes e às nossas crianças bem como o acréscimo das vagas existentes na ERPI;
- Assim o Conselho Fiscal registou com agrado e com uma enorme satisfação o facto de o resultado líquido do exercício ser negativo no valor de 17.216,62€.

Face ao exposto, O Conselho Fiscal deliberou por maioria o seguinte:

- Aprovar o Relatório da Direção, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- Aprovar a proposta de aplicação de resultados.
- Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que deve merecer a aprovação da Assembleia Geral.

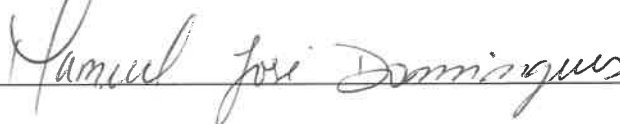
Braga, Irmandade de Santa Cruz, aos 11 dias do mês de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE



VICE-PRESIDENTE



VOGAL





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IRMANDADE DE SANTA CRUZ** (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 4.518.521,10 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.574.416,85 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 17.216,62 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



ARTUR MOREIRA & RICARDO PEREIRA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Inscrição CMVM n.º 2022009 Inscrição OROC n.º 348
NIPC: 516 122 150 Capital Social: 5.000€
Rua Heróis de França, 627 TEL: +351 226 053 248
4450-159 Matosinhos, PT E-MAIL: geral@amrp.pt

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades.



ARTUR MOREIRA & RICARDO PEREIRA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Inscrição CMVM n.º 2022009 Inscrição OROC n.º 348
NIPC: 516 122 150 Capital Social: 5.000€
Rua Heróis de França, 627 TEL: +351 226 053 248
4450-159 Matosinhos, PT E-MAIL: geral@amrp.pt

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

24 de março de 2023

Assinado por: **Artur Armando Frederico Moreira**
Num. de Identificação: 03435344
Data: 2023.03.24 14:38:59+00'00'



Artur Moreira & Ricardo Pereira – SROC, Lda.

Representada por

Artur Armando Frederico Moreira (ROC n.º 848)



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Braga, 24 de março de 2023

À atenção de

Artur Moreira & Ricardo Pereira, SROC, LDA.

Rua Heróis de França, n.º 627

4450-159 Matosinhos

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **IRMANDADE DE SANTA CRUZ** (a Entidade), relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço (que evidencia um total de **4.518.521,10 euros** e um total de fundos patrimoniais de **3.574.416,85 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **17.216,62 euros**), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção que:

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS

- 1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.
- 1.2 As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são adequadas e foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios, sendo a sua divulgação apropriada tendo em consideração os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.3 A Entidade não registou e/ou pagou quaisquer quantias que se encontrem suportadas por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas e apenas as transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade em 31 de dezembro de 2022.
- 1.4 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
- 1.5 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
- 1.6 Não existem:
 - Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo às mesmas;
 - Outros passivos materiais ou ganhos ou perdas contingentes que necessitassem de ser reconhecidos nas demonstrações financeiras ou dados a conhecer no respetivo Anexo;



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

2.1 Disponibilizámos-vos:

- Acesso a toda a informação para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como registos, documentação e outras matérias;
- A informação adicional que nos pediram para efeito da auditoria;
- Acesso sem restrições às pessoas da Entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria; e
- Outra informação que entendemos ser relevante para a realização da vossa auditoria.

2.2 Todas as transações foram registadas nos registos contabilísticos e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.

2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo o órgão de gestão, diretores ou empregados.

2.5 Não temos conhecimento de casos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.

2.6 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.

2.7 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

- Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;
- Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados;
- Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade;
- Despesas que devam ser consideradas confidenciais;
- Despesas não devidamente documentadas.

- 1.7 A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Anexo às demonstrações financeiras.
- 1.8 Demos-vos conhecimento da identidade das partes relacionadas da Entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento. Os relacionamentos e as transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
- 1.9 Todos os acontecimentos subsequentes à data das demonstrações financeiras e relativamente aos quais o normativo contabilístico aplicável exige ajustamento ou divulgação foram ajustados ou divulgados.
- 1.10 Desde a data de aprovação das demonstrações financeiras, até à data desta Declaração, não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer factos ou circunstâncias significativas, para além dos ajustados ou divulgados, que requeiram ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.
- 1.11 O efeito das distorções não corrigidas, reportadas por V. Exas. no mapa anexo a esta declaração e das quais nos deram prévio conhecimento, são imateriais para o conjunto das Demonstrações Financeiras da Entidade, quer sejam analisadas de forma individual ou agregada.
- 1.12 Tomámos conhecimento da vossa Certificação Legal das Contas, cuja minuta é apresentada em anexo.

2. INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.

- 2.8 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.9 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade de as autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.
- 2.10 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
- 2.11 Não temos projetos ou intenções:
- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
 - de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.
- 2.12 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

- 2.13 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.
- 2.14 Os procedimentos inerentes ao uso de passwords de acesso à movimentação das contas bancárias permitem uma adequada salvaguarda daqueles ativos.
- 2.15 O sistema informático implementado cumpre com as obrigações resultantes do n.º 8 do artigo 123.º do Código do IRC e da Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, alterada pela Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro, no que diz respeito à capacidade de exportação de ficheiros com informação constante dos sistemas de faturação e de contabilidade e certificação dos programas e equipamentos informáticos de faturação.
- 2.16 Tomámos em consideração, entre outros aspetos, as informações prestadas pelos advogados com quem a Entidade tem relações (dentro e fora do território nacional), pelo que confirmamos que é completa a lista destes advogados que vos foi fornecida. Confirmamos, até à data, não vos ter sido disponibilizada qualquer informação respeitante a este assunto.



Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da IRMANDADE DE SANTA CRUZ, NIPC 500.877.491 ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <https://irmandadesantacruz.pt/>, em 31/06/2022.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2019 a entidade (selecionar a opção aplicável):

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

O Provedor:

Fernando Rodrigues





IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da IRMANDADE DE SANTA CRUZ, NIPC 500.877.491 ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <https://irmandadesantacruz.pt/>, em 31/05/2023.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2022 a entidade (seleccionar a opção aplicável):

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

O Provedor:

Fernando Rodrigues

